Justica, de Traballer le de Transportes. Lu 26, 10, 88.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI

( Do Deputado VIVALDO BARBOSA )

Dispõe sobre a profissão de motorista de transportes coletivos urbanos e interurbanos e dá outras providências.

### O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art.  $1^\circ$  - Aplicam-se as disposições da presente lei aos integrantes da categoria profissional dos motoristas de veículos coletivos urbanos e interurbanos.

Parágrafo único - Pertencem à categoria referida no "caput" os profissionais habilitados nos termos da <u>le</u>gislação em vigor e devidamente registrados na Delegacia Regional do Trabalho.

Art. 2º - O piso salarial da categoria será de O8 (oito) salários mínimos, independente de qualquer convenção ou acordo coletivo de trabalho.





Ademais, a fixação do piso salarial , jornada de traba lho, horas extraordinárias e seguros que se aplicam aos profissionais des sa categoria constituem-se em medidas justas e de inquestionável alcance social, compatíveis com a nova Constituição sobretudo no que concerne ao disposto no Art. 6º, incisos XIV e XXI e Art. 202, inciso II .

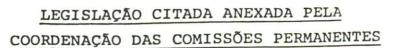
Assim,urge que se faça justiça a esta categoria profissional tão desgastada pela precariedade das condições de trabalho em que operam , o que,via de consequência,constitue—semen"conditio sine qua non" para o resgate , neste particular , da paz e tranquilidade social no Brasil.

Sala das Sessões,

de Outubro de 1988.

Deputado VIVALDO BARBOSA

#### CAMARA DOS DEPUTADOS





# CONSTITUIÇÃO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

Título II

### DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

# Capítulo I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

- **Art. 5**° Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
- XIV é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;
- XXI as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

### Título VIII

### DA ORDEM SOCIAL

# Capítulo II DA SEGURIDADE SOCIAL

# Seção III Da Previdência Social

- **Art. 202.** E assegurada aposentadoria, nos termos da lei, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários de contribuição de modo a preservar seus valores reais e obedecidas as seguintes condições:
- I aos sessenta e cinco anos de idade, para o homem, e aos sessenta, para a mulher, reduzido em cinco anos o limite de idade para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal;
- II após trinta e cinco anos de trabalho, ao homem, e, após trinta, à mulher, ou em tempo inferior, se sujeitos a trabalho sob condições especiais, que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidas em lei;